



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA E DIRIGENTES

ÓRGÃO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE GESTORA	: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CÓDIGO/UG	: 200.234
EXERCÍCIO	: 2010
CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS	: INDIVIDUAL

DIRIGENTE : Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros  
CARGO : Diretor-Geral  
NATUREZA  
DA RESPONSABILIDADE : Dirigente Máximo  
C.P.F. : 265.478.726-53  
PERÍODO : 01/01/2010 a 17/06/2010  
ATOS FORMAIS : PORT. PGR 248, de 13/06/2006  
DATA DA PUBLICAÇÃO : 14/06/2006  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SQS 216 Bloco J, Apartamento 404 – Asa Sul  
ENDEREÇO ELETRÔNICO : rodrigojanot@esmpu.gov.br

DIRIGENTE : Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
CARGO : Diretor-Geral  
NATUREZA  
DA RESPONSABILIDADE : Dirigente Máximo  
C.P.F. : 216.012.673-04  
PERÍODO : 18/06/2010 a 31/12/2010  
ATOS FORMAIS : PORT. PGR 305, de 18/06/2010  
DATA DA PUBLICAÇÃO : 21/06/2010  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SHIS QI 23 conj. 13, casa 17 – Lago Sul  
ENDEREÇO ELETRÔNICO : ndino@esmpu.gov.br

DIRIGENTE : Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão  
CARGO : Diretor-Geral Adjunto  
NATUREZA  
DA RESPONSABILIDADE : Dirigente Máximo Substituto  
C.P.F. : 225.642.841-91  
PERÍODO : 01/01/2010 a 17/06/2010  
ATOS FORMAIS : PORT. PGR 297, de 07/07/2006  
DATA DA PUBLICAÇÃO : 10/07/2006  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Jardim Botânico VI, Conjunto N lote 7 – São Sebastião  
ENDEREÇO ELETRÔNICO : eugenioaragao@pgr.mpf.gov.br

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Eugênio' and other initials like 'RJ' and 'SW'.

**DIRIGENTE** : Dra. Ivana Auxiliadora Mendonça Santos  
**CARGO** : Diretora-Geral Adjunta  
**NATUREZA DA RESPONSABILIDADE** : Dirigente Máxima Substituta  
**C.P.F.** : 238.591.051-91  
**PERÍODO** : 18/06/2010 a 31/12/2010  
**ATOS FORMAIS** : PORT. PGR 305, de 18/06/2010  
**DATA DA PUBLICAÇÃO** : 21/06/2010  
**ENDEREÇO RESIDENCIAL**: SQS 211 Bl. G Apto. 405 – Asa Sul  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO** : ivana@esmpu.gov.br

## 1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentamos o Relatório de Auditoria sobre as contas da Escola Superior do Ministério Público da União, relativo ao exercício de 2010, o qual expressa nossa opinião sobre os resultados dos exames realizados com vistas ao opinamento quanto à conformidade dos conteúdos das peças complementares definidas na Decisão Normativa – TCU nº 110, de 1º/12/2010, e avaliação da conformidade e desempenho da gestão dos responsáveis.

1.2 Os referidos exames foram efetuados por amostragem, na extensão julgada necessária, nas circunstâncias apresentadas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos públicos alocados ao Órgão no exercício financeiro de 2010.

1.3 Nenhuma restrição foi imposta quanto ao método ou extensão dos nossos trabalhos. Os programas de auditoria e respectivos procedimentos estabelecidos para execução dos trabalhos foram aplicados de acordo com a natureza das atividades da unidade auditada.

1.4 A ESMPU apresentou as peças iniciais das contas relacionadas nos itens I e II do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, sendo que o Rol de Responsáveis (item I) contém as informações listadas no art. 11 e o Relatório de Gestão (item II), contempla os dados indicados no art. 12 da citada IN, verificando-se ainda, que esta peça foi elaborada com os conteúdos e formatos estabelecidos na Decisão Normativa nº 107/2010.

1.5 A ESMPU foi criada pela Lei nº 9.628, de 14/4/1998, com a natureza jurídica de órgão autônomo, conforme estabelecido no art. 172 do Decreto-Lei nº 200/67, e conforme o art. 11 da referida Lei, caberia ao Procurador-Geral da República baixar o seu Estatuto. A Portaria PGR nº 485, de 20/8/2004, estabeleceu, no art. 9º, as competências do Diretor-Geral da ESMPU. O artigo 11, inciso II, estabelece que compete

SNV  
CAP 2/15  
AJ

ao Conselho Administrativo “elaborar o Regimento Interno da Escola e submetê-lo à aprovação do Procurador-Geral da República”.

## **2 TOTAL DAS DESPESAS**

**2.1** O total das despesas realizadas pela Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, no exercício de 2010, foi de R\$ 6.363.992,87 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos) representando 0,18% das despesas realizadas no âmbito do Ministério Público da União. Do citado valor, R\$ 1.184.795,94 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos) foi inscrito em Restos a Pagar não Processados do referido exercício.

## **3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**3.1** As informações a respeito das metas físicas e financeiras das ações relativas ao período em questão estão detalhadas nos moldes estabelecidos na Lei Orçamentária para 2010 e no Plano Plurianual 2008-2011, assim como os indicadores de desempenho, de gestão e de economicidade adotadas pela unidade gestora.

### **3.2 Avaliação dos Projetos – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual 2008/2011**

Comentaremos nos subitens a seguir as execuções dos projetos do PPA 2008/2011 e do Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2010 e os resultados alcançados, referentes ao Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica:

#### **3.2.1 Projeto 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 10.000.000,00 para este projeto, destinado aos serviços de construção do centro de treinamento da ESMPU, a serem executadas no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2011.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 930.000,00 para o período, sendo cancelado R\$ 132.000,00, conforme Portaria nº 640, de 15/12/2010, para adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU, restando R\$ 798.000,00, sendo R\$ 75.435,00 bloqueado, conforme Portaria PGR Nº 592/2010, de 30 de novembro de 2010. Não houve execução de despesa para esse projeto em 2010, restando R\$ 722.565,00 de crédito disponível.

A meta física prevista para o exercício foi de 9% do total do projeto. Não houve execução das metas físicas, haja vista a não conclusão do projeto executivo contratado, no exercício de 2010, o qual está sendo elaborado pela empresa CINNANTI AQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, conforme o Contrato nº 48/2008 e respectivos termos aditivos.

No final do exercício ainda apresentou saldo de inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores na importância de R\$ 14.059,73.

### 3.3 Avaliação das Atividades – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual

Comentaremos nos subitens a seguir as execuções das atividades constantes do PPA 2008/2011 e do Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2010 e os resultados alcançados referentes ao Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica::

#### 3.3.1 Atividade 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

A dotação autorizada na LOA de 2010 para esta atividade foi de R\$ 3.096.000,00. Houve cancelamento de dotação no valor de R\$ 300.000,00, por meio da Portaria PGR nº 640, de 14/12/2010, de acordo com informação contida no SIGPlan, totalizando a dotação autorizada em R\$ 2.796.000,00. Deste valor, foram empenhados R\$ 2.307.756,01 e pago o valor de R\$ 2.102.388,66, sendo inscrito R\$ 205.367,35 em Restos a Pagar Não-Processados, restando saldo de R\$ 488.243,99 de crédito disponível não utilizado ao final do exercício.

No final do exercício ainda apresentou saldo de inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores na importância de R\$ 19.643,47.

Abaixo, demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

R\$ 1,00

Dotação inicial	Cancelamento de dotação	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos 2010 e exercícios anteriores
R\$ 3.096.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 2.796.000,00	R\$ 2.307.756,01	R\$ 2.102.388,66	R\$ 225.010,82

*Handwritten signatures and initials:*  
Bov  
VXP  
112  
4/15  
M

A Unidade informou, no Relatório de Gestão, que os Restos a Pagar Não-Processados inscritos referem-se a cursos de extensão e pós-graduação contratados e iniciados no exercício de 2010, além de despesas com infraestrutura das Atividades Acadêmicas da ESMPU, as quais serão liquidadas e pagas no exercício de 2011.

A meta inicial prevista na LOA foi capacitar 8.000 servidores, a qual foi corrigida para 7.200, devido ao cancelamento parcial da dotação inicialmente prevista. Foram capacitados 8.113 servidores, o que representa 112,68% da previsão corrigida. No entanto, existe uma ressalva registrada no SIGPlan, que diz que “os sistemas de controle da ESMPU, atualmente, computam apenas o número de treinamentos realizados X servidores capacitados, ou seja, não é possível informar, instantaneamente, o número de servidores efetivamente capacitados”. Este fato acaba por gerar distorções no registro sobre a meta física, pois, ao considerar o número de servidores efetivamente treinados como sendo igual ao número de treinamentos realizados multiplicado pelo número de servidores capacitados, desconsidera a hipótese de haver um mesmo servidor recebendo mais de um treinamento. A solução para esta situação, conforme consta do SIGPLAN, está sendo trabalhada pela Divisão de Tecnologia – tal justificativa é idêntica à apresentada no exercício anterior.

### 3.3.2 Atividade 2272 - Gestão e Administração do Programa

O PPA 2008/2011 estimou o valor de R\$ 4.285.000,00 para esta atividade, no exercício de 2010, não sendo estabelecido meta física.

A finalidade da atividade é constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros pela ESMPU; manutenção e conservação de bens imóveis da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com locomoção e viagens; sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar, ou dar subsídios à formação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão de políticas; produção de edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão de administração do programa.

Por meio da Portaria PGR n.º 640, de 14/12/2010, foi efetuado o remanejamento de crédito no valor de R\$ 132.000,00, para adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU. A Unidade inscreveu empenhos no total de R\$ 943.048,59 em restos a pagar não processados, referentes à aquisição de material de consumo, material permanente e a serviços prestados por empresas terceirizadas

SW ONP 5/15

contratadas no exercício (dez/10) e atendimento de despesas decorrentes de pendências por encerramento de contrato com empresa em processo de falência.

### 3.3.3 Atividade 4268 - Pesquisa na Área Jurídica

Foi incluído no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 300.000,00 para Pesquisa na Área Jurídica destinada ao fomento de projetos e programas voltados para a citada área, durante o exercício de 2010.

Houve bloqueio de célula orçamentária no valor de R\$ 30.000,00 tendo em vista abertura de crédito adicional, por meio da portaria PGR N° 640 de 14/12/2010, publicada na edição extra do DOU de 15/12/2010. A Unidade efetuou inscrição em restos a pagar não processados na importância de R\$ 36.800,00 destinado ao atendimento de despesa com curso de extensão contratado e iniciado no exercício de 2010, o qual esta sendo liquidado e pago no exercício de 2011.

## 4 INDICADORES DE GESTÃO

Por meio do item 6 da Norma de Execução n.º 1, de 30/1/2007, aprovada pela Portaria AUDIN/MPU n° 1, de igual data, foi instituído o indicador de gestão de economicidade de despesas com serviços terceirizados, de natureza contínua, relativamente às atividades de vigilância, limpeza/conservação, copeiragem (garçom e copeira), ascensorista, manutenção de elevadores, recepcionista/telefonista e outros.

O referido indicador, também denominado Fator "K", a partir do exercício de 2006 passou a ser incluído em formulário próprio elaborado pela unidade gestora e permite aferir a relação entre o custo total de cada categoria profissional (remuneração + encargos sociais + insumos + reservas técnicas + despesas administrativas/operacionais + lucro + impostos = faturamento) e a remuneração da mesma categoria, ou seja, informa quantas vezes os serviços do trabalhador custam em relação à sua remuneração.

Mediante informações prestadas no mesmo formulário, o indicador possibilita, ainda, que se verifique a eficiência das contratações, em termos de quantidade de empregados alocados em cada serviço, permitindo assim a avaliação da produtividade de cada serviço/contrato.

Verifica-se que o Fator K dos contratos firmados pela UJ estão de acordo com os parâmetros adotados por este Controle Interno.

## 5 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em cumprimento ao disposto no item 3 do Anexo III da Decisão Normativa TCU N° 110, de 1º de dezembro de 2010, procedemos à avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade.

*SW*

*AMP*

*112*

6/15

*[Handwritten signatures and marks]*

Verificamos em trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão que a Unidade apresenta um bom ambiente de controle, sendo a comunicação dentro da UJ adequada e eficiente. Os altos dirigentes da UJ percebem que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento e, ainda, existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.

A avaliação de risco também é satisfatória, com os objetivos e metas da unidade jurisdicionada devidamente formalizados. É prática da unidade realizar o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los, sendo essa avaliação feita de forma contínua. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas, tornando os procedimentos de controle eficientes.

Em relação à informação e comunicação, observamos que a informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível e as informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. O monitoramento desempenha um papel importante no sistema de controle interno da UJ contribuindo para a melhoria de seu desempenho.

## **6 TRANSFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES.**

O Órgão não promoveu transferência de recursos financeiros e nem recebeu recursos mediante convênios, acordos, ajustes, auxílios, subvenções e contribuições.

## **7 DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS CONSOLIDADOS NO ÂMBITO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

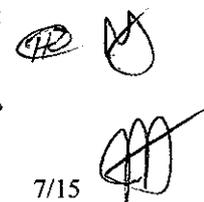
### **7.1 REALIZADOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

7.1.1 A Escola Superior do Ministério Público da União realizou, no exercício de 2010, despesas liquidadas no total de R\$ 4.627.924,64. Do citado valor, R\$ 3.300.341,98 decorreu de procedimentos licitatórios, R\$ 1.325.148,75 de dispensa e inexigibilidade de licitação e R\$ 2.433,91 de suprimentos de fundos, correspondentes a 71,31%, 28,63% e 0,05% respectivamente, conforme demonstrativo abaixo:

BR

MP

7/15



Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>2.048.659,62</b>	<b>3.300.341,98</b>	<b>2.048.659,62</b>	<b>3.300.341,98</b>
Concorrência	166.000,00	--	166.000,00	--
Pregão	1.882.659,62	3.227.526,67	1.882.659,62	3.227.526,67
Concurso	--	72.815,31	--	72.815,31
<b>Contratações Diretas</b>	<b>1.601.649,50</b>	<b>1.325.148,75</b>	<b>1.601.649,50</b>	<b>1.325.148,75</b>
Dispensa	966.193,05	85.980,88	966.193,05	85.980,88
Inexigibilidade	635.456,45	1.239.167,87	635.456,45	1.239.167,87
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>2.684,64</b>	<b>2.433,91</b>	<b>2.684,64</b>	<b>2.433,91</b>
Suprimento de Fundos	2.684,64	2.433,91	2.684,64	2.433,91

7.1.2 Conforme avaliação, por amostragem, dos processos licitatórios realizados pela Escola Superior do Ministério Público da União, incluindo dispensa e inexigibilidade de licitação, não foram encontradas impropriedades/irregularidades. Segue abaixo quadro com as referidas licitações selecionadas por este órgão de controle interno com base nos critérios de materialidade, relevância e risco:

Motivo da contratação	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação global (R\$)	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
Serviços na área educacional	Pregão	Serviços técnicos especializados nas áreas educacional de revisão, design gráfico e matemática	702.992,16	Não se aplica	VIP Serviços e Transportes Ltda., CNPJ 08.925.651/0001-02
Serviços de apoio administrativo	Pregão	Serviços de apoio adm. e atividades auxiliares, c/ fornecimento de materiais de limpeza	1.393.547,52	Não se aplica	Condor Consultoria e Administração Ltda., CNPJ 03.619.612/0001-55
Aquisição de material didático	Pregão	Serviços de confecção de fotolito e impressão de pastas, blocos, crachás e bolsa tipo carteira.	35.290,00	Não se aplica	Firebit Soluções em TI e Serviços Gráficos Ltda. - ME, CNPJ 10.332.271/0001-06
Serviços de locação	Registro de Preços	Locação de impressoras laser	28.556,40	Não se aplica	Mr. Computer Informática, Comércio e Importação Ltda. CNPJ 00.495.124/0001-95
Apoio Logístico	Dispensa	Serviços de apoio logístico de operadores de áudio e de vídeo.	50.614,80	Inc. IV, art. 24, Lei 8.666/93	Mariana Van Erven Santos - EPP CNPJ 10.462.672/0001-72
Serviços de suporte técnico	Inexigibilidade	Suporte técnico, manutenção e implantação de versões SIE	420.000,00	Inc. I, art. 25, Lei 8.666/93	AVMB - Consultoria e Assessoria em Informática Ltda. CNPJ 03.486.598/0001-69
Cursos de pós-graduação	Inexigibilidade	Pós-graduação com duração de 18 meses e 376 horas	502.430,00	Inc. II, do art. 25, c/ c Inc. VI art. 13, Lei 8.666/93	FGV - Fundação Getúlio Vargas On-Line CNPJ 33.641.663/0001-44

8/15

## 8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A ESMPU não possui quadro próprio de pessoal. Os servidores a serviço da ESMPU são cedidos pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

## 9 CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU

Não houve determinações do TCU à ESMPU no exercício de 2010.

## 10 AUDITORIAS REALIZADAS

No decorrer do exercício de 2010, foi realizada auditoria *in loco*, na Escola Superior do Ministério Público da União, em relação a atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis, avaliar os controles internos e a compatibilidade dos custos contratados com os parâmetros estabelecidos pela AUDIN/MPU.

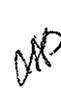
### 10.1 Constatações de Auditoria e Providências Tomadas pela Unidade

Nos trabalhos de auditoria realizados sobre as contas sob exame, verificou-se a regularidade dos atos praticados. As falhas e impropriedades detectadas foram objeto de recomendação aos respectivos dirigentes, para as quais foram encaminhadas à AUDIN/MPU informações, quanto à implementação ou justificativa para correção das falhas indicadas, sendo, na maioria dos casos, confirmada por este Órgão de Controle Interno a implementação das medidas informadas pelo respectivo gestor, as quais foram consideradas satisfatórias.

## 11 OCORRÊNCIA DE PASSIVOS

Para tornar efetiva a determinação do item 8 do Anexo III da Decisão Normativa TCU Nº 110, de 1º de dezembro de 2010, verificamos que na UJ não ocorreram passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos.

## 12 CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO

Segue abaixo análise referente à regularidade das inscrições de restos a pagar referentes à atividade 4091 prevista nas Leis Orçamentárias Anuais de 2008 a 2010:

### 12.1 Atividade 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

Para essa ação, os dados dos restos a pagar inscritos a partir de 2007 são:

Exercício de execução	Exercícios Financeiros								
	2008	2009		2010			2011*		
Exercício de competência	2007	2007	2008	2007	2008	2009	2008	2009	2010
Valor inscrito em RP no exercício anterior	291.667,64	47.623,41	237.345,38	41.832,00	13.501,40	1.705.531,67	511,20	19.132,27	205.367,35
Percentual (RP/Orçamento)	11,80%	---	8,03%	---	---	51,13%	---	0,00%	7,35%
Valor pago	156.668,01	0,00	193.276,46	41.832,00	7.400,00	1.470.422,51	0,00	0,00	114.214,98
Percentual (Valor Pago/RP)	53,71%	0,00	81,43%	100,00%	54,81%	86,21%	0,00	0,00	55,61%
Valor cancelado	87.376,22	5.791,41	30.567,52	0,00	5.590,20	215.976,89	0,00	0,00	0,00
Percentual (Valor cancelado/RP)	29,96%	12,16%	12,88%	0,00	41,40%	12,66%	0,00	0,00	0,00
Valor reinscrito	47.623,41	41.832,00	13.501,40	0,00	511,20	19.132,27	0,00	0,00	91.152,37
Percentual (Valor reinscrito/RP)	16,33%	87,84%	5,69%	0,00	3,79%	1,12%	0,00	0,00	44,38%
Valor bloqueado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511,20	19.132,27	0,00
Percentual (Valor bloqueado/RP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100%	100%	0

*BN*

*CP*

*AS*

*DDP*

*AS*

**\* Execução até 25 de maio de 2011**

**1) Restos a Pagar de 2007:** Dos Restos a Pagar inscritos em 2007, 53,71% foi pago, 29,96% cancelado no exercício de 2008, e 16,33% foi reinscrito para o exercício seguinte. Em 2009, 12,16% deste valor foi cancelado e 87,84%, reinscrito para o ano seguinte. Em 2010, o saldo foi inteiramente executado e pago.

**2) Restos a Pagar de 2008:** Dos Restos a Pagar de 2008, 81,43% foi pago, 12,88% foi cancelado e 5,69% foi reinscrito para o exercício seguinte. Em 2010, 54,81% do valor reinscrito foi pago e 41,4% cancelado. Além disso, houve reinscrição de 3,79% para o exercício seguinte (2011), quando foram totalmente bloqueados por não ter sido iniciada sua execução (liquidação) até dia 30 de abril de 2011, conforme determina o artigo 4º do Decreto 7.468/2011.

**3) Restos a pagar de 2009:** Dos Restos a Pagar inscritos em 2009, 86,21% foi pago no exercício de 2010, sendo 12,66% cancelado e apenas 1,12% reinscrito para o exercício seguinte (2011), quando foram totalmente bloqueados por não ter sido iniciada sua execução (liquidação) até dia 30 de abril de 2011, conforme determina o artigo 4º do Decreto 7.468/2011.

**4) Restos a Pagar de 2010:** Até 25 de maio de 2011, 55,61% dos Restos a Pagar de 2010 haviam sido pagos e o restante encontrava-se classificado como “Restos a Pagar Não-Processados a Liquidar”.

Verificada a recorrência de inscrições e reinscrições de Restos a pagar em ações orçamentárias para as quais não há previsão das respectivas execuções financeiras, a AUDIN/MPU orientará a Unidade a providenciar o cancelamento dos Restos a Pagar que não serão utilizados e a realizar inscrições de Restos a Pagar somente quando houver previsão da respectiva execução financeira.

### **13 AVALIAÇÃO CONCLUSIVA DAS FALHAS E IRREGULARIDADES QUE CAUSARAM PREJUÍZO AO ERÁRIO**

Nos trabalhos de auditoria realizados sobre as contas da Unidade do exercício de 2010 não foram constatadas falhas e irregularidades que causaram prejuízo ao erário.

### **14 AVALIAÇÃO CONCLUSIVA DAS FALHAS E IRREGULARIDADES QUE NÃO CAUSARAM PREJUÍZO AO ERÁRIO**

Não restaram falhas e irregularidades constatadas nos trabalhos de auditoria realizados nas

*SN*  
*AVD* 11/15 *AA*

contas do exercício de 2010 que não tenha sido corrigidos pelos gestores ou suas justificativas não tenham sido acatadas pela AUDIN/MPU.

## 15 POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA ENTIDADE

Conforme avaliação realizada por ocasião do encerramento do exercício financeiro, bem como do acompanhamento e auditorias “in loco”, consequência das atividades de auditoria referentes ao exercício de 2010, não foram constatadas divergências na posição patrimonial e financeira da Unidade, estando em conformidade com as normas em vigor.

## 16 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENIENTES COM ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

O Órgão não promoveu chamamento público de convenientes com entidades privadas sem fins lucrativos.

## 17 ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS NO SIASG

Com vistas a dar cumprimento ao disposto no item 15 do Anexo III da Decisão Normativa do TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, bem como ao §3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010, foi verificado que a Unidade não disponibiliza no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG informações referentes aos contratos firmados.

Conforme Relatório de Auditoria nº 15/2010, item 4.1.5, foi recomendado à Unidade disponibilizar no SIASG as informações referentes aos contratos celebrados. Por meio da Nota de Auditoria SEAUD/AUDIN-MPU nº 8/2011, à Unidade justifica estar ciente da obrigação e que vem realizando ações para se adequar fielmente ao exposto na Lei. Tal justificativa foi acatada pela AUDIN/MPU.

BN

CE

AS

MPU

ANP

## **18 ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS E CONTROLES QUE GARANTAM QUE AS AUTORIDADES E SERVIDORES PÚBLICOS ALCANÇADOS PELA LEI Nº 8.730/93 ESTEJAM CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS**

As autoridades e servidores públicos alcançados pela Lei nº 8.730/93 cumpriram as exigências previstas na respectiva norma com relação à entrega da declaração de bens e rendas.

## **19 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

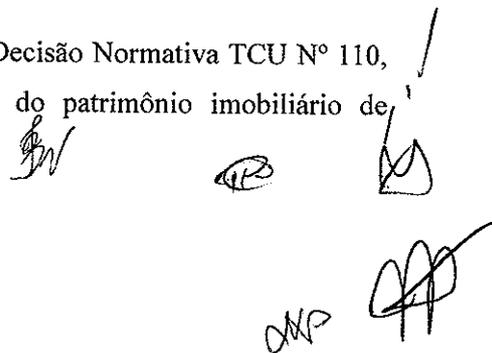
Nos processos de aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e contratação de serviços e obras, realizados pela ESMPU, em 2010, foi observada a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, sendo a Gestão Ambiental considerada satisfatória, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/2010 e Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Decreto nº 5.940/2006.

Conforme informações apresentadas pela UJ, constantes no Relatório de Gestão da Unidade, conforme a Portaria TCU nº 277, de 7/12/2010, a ESMPU leva em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produto, em seus projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, há exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, porém não é dada preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza.

Vale destacar, também, que a unidade realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação e nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.

## **20 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

Em cumprimento ao disposto no item 18 do Anexo III da Decisão Normativa TCU Nº 110, de 1º de dezembro de 2010, procedemos à avaliação sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, cujas considerações encontram-se a seguir:

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico R\$	Data da Avaliação R\$	Valor Reavaliado R\$	Imóvel	Instalações
200234	970117449500-7	Domínio pleno	Bom	311.639,26	28/12/06	333.921,47	Em construção	Em construção

É adequada a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, porém não informa, em seu relatório de gestão, o estado de conservação do imóvel. Observa-se que há reavaliação periódica do imóvel estando seu valor atualizado, no entanto a Unidade não realizou o cadastramento no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

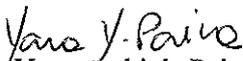
## 21 GESTÃO DE TI DA UNIDADE

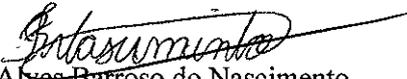
A ESMPU preencheu o quadro para elaboração dos Relatórios de Gestão com os critérios destinados à avaliação da Gestão de TI, conforme dispõe a Portaria TCU nº 277, de 7/12/2010. De acordo com as informações prestadas, verificamos que a UJ não apresenta adequado planejamento para a referida área, uma vez que, apesar de existir carreira específica para a área de TI no plano de cargos do Órgão, a Unidade mantém 8 empregados terceirizados e que não existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor. Com base nas informações prestadas, verificamos que o quesito desenvolvimento e produção de sistemas não é satisfatório, pois não é feita a avaliação para identificar se os recursos de TI são compatíveis com as suas necessidades, bem como não possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.

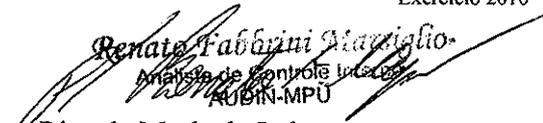
## 22 CONCLUSÃO

Em decorrência das análises efetuadas concernentes às informações constantes do Relatório de Gestão, assim como das avaliações nos controles internos e nos atos de gestão, propomos ao Secretário de Auditoria da AUDIN/MPU a emissão de Certificado de Auditoria de Regularidade das Contas dos responsáveis pela Escola Superior do Ministério Público da União, relativo ao exercício de 2010.

Brasília, 13 de julho de 2011.

  
Yara Yamaguchi de Paiva  
**Analista de Controle Interno**

  
Flávia Alves Barroso do Nascimento  
**Técnico de Controle Interno**

  
Ricardo Machado Lobo  
**Técnico de Controle Interno**

  
Beatriz Balestro Izzo  
**Analista de Controle Interno**

De acordo com as conclusões dos Analistas.

Em 13 de julho de 2011.

  
André Felipe Flores da Silva  
**Coordenador de Auditoria de Gestão**

  
Paulo Patrocínio de Souza  
**Coordenador de Auditoria de Recursos Humanos**